



EDITAL DE RETIFICAÇÃO E INTIMAÇÃO PARA VENDA DE BEM DA EMPRESA BRASIL CENTRAL MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS LTDA. E OUTRAS – AMBAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

O Excelentíssimo Dr. José Henrique Neiva de Carvalho e Silva, MM. Juiz de Direito titular da Vara de Falências, Recuperações, Insolvências e Cartas Precatórias Cíveis da Comarca de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, na forma da Lei, FAZ SABER que, com base no artigo 142 da Lei 11.101/2005, torna público que no local, data e horário indicados no item “1” do presente edital, será realizada alienação judicial para venda do bem constante no item “2” deste edital, nos termos das condições abaixo especificadas.

OBS. TORNA-SE SEM EFEITO O EDITAL DE F. 344-347, PUBLICADO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO Nº 4478, ÀS F. 06-08 DO CADERNO DE EDITAIS - CADERNO 04, DO DIA 22/04/2020.

1 - DO MODALIDADE DE ALIENAÇÃO, LOCAL, DATA E HORÁRIO

1.1 - A alienação será realizada pela modalidade pregão (art. 142, III, da Lei nº 11.101/05), mediante a entrega de proposta a ser realizada até as 19:00 horas do dia 08/6/2020 através do e-mail do Cartório da Vara de Falências: cgr-vfci@tjms.jus.br.

1.2 - A abertura das propostas pelo Juiz dar-se-á em audiência judicial *on line* redesignada para o dia 09/6/2020, às 15:00 horas, devendo os credores entrarem em contato com a Administradora Judicial, através do e-mail pinesso@vcpericia.com.br a fim de que possam realizar o credenciamento para a participação na audiência, o qual será realizado através de link a ser disponibilizado também via e-mail; com a presença de todos os ofertantes de propostas, visto que nesta mesma ocasião será escolhida a melhor proposta e, na sequência, os ofertantes serão notificados verbalmente acerca do início da segunda etapa do pregão, a qual ocorrerá em continuidade a esse ato (no mesmo dia e horário), mediante a oferta de lances orais por aqueles que apresentarem propostas não inferiores a 90% (noventa por cento) da maior proposta ofertada.

1.3 - O valor de abertura do leilão será o da proposta recebida do maior ofertante presente, considerando-se esse valor como lance, ao qual ele fica obrigado (art. 142, § 6º, II da Lei 11.101/2005).

1.4 - Caso não compareça ao leilão o ofertante da maior proposta e não seja dado lance igual ou superior ao valor por ele ofertado, fica obrigado a prestar a diferença verificada, constituindo a respectiva certidão do Juízo título executivo para a cobrança dos valores pelo administrador judicial. (art. 142, § 6º, III da Lei 11.101/2005).

2 - DO BEM

2.1 - O bem a ser alienado é aquele discriminado no Laudo de Avaliação de fls. 130/138 dos autos de nº 0048907-32.2019.8.12.0001, sendo que o referido laudo também pode ser solicitado junto à Administradora Judicial através do e-mail: pinesso@vcpericia.com.br.

2.2 - Para visita *in loco* do referido bem, sendo este um imóvel rural situado no município de Figueirão/MS, os interessados deverão realizar o agendamento para visita com antecedência mínima de 48 horas, através do e-mail pinesso@vcpericia.com.br.

2.3- Durante a visita *in loco* será permitida exclusivamente, a avaliação visual do bem, sendo vedados, quaisquer outros procedimentos, como manuseio, experimentação e ou retirada de quaisquer objetos.

2.4 - O bem descrito no item 2.1 acima será alienado nas condições em que se encontra, não cabendo, pois, a respeito dele qualquer reclamação posterior quanto às suas qualidades intrínsecas ou extrínsecas.



3 – DO VALOR, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DAS GARANTIAS

3.1 - O valor do bem objeto da presente alienação será corresponde ao montante de R\$ 40.365.536,40 (quarenta milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e trinta e seis reais e quarenta centavos), conforme Laudo de Avaliação de fls. 130/138 dos autos de nº 0048907-32.2019.8.12.0001.

3.2 - A alienação dar-se-á pelo maior valor oferecido, cabendo ao Juiz examinar a proposta e, com o seu poder de direção do feito, recusar o preço, se entender ser este vil e se entender possível ou recomendável nova tentativa de venda (art. 142, § 2º da Lei 11.101/2005).

3.3 - O lance mínimo não poderá ser inferior a R\$ 36.328.928,80 (trinta e seis milhões, trezentos e vinte e oito mil, novecentos e vinte e oito reais e oitenta centavos), correspondente a 90% do valor da avaliação.

3.4 - Não serão aceitos créditos desta ou de qualquer outra Recuperanda/Massa Falida como pagamento (*parcial e/ou total*).

3.5 - A arrematação do bem poderá ocorrer mediante o pagamento à vista ou em parcelas, nas condições descritas nesse edital.

3.6- Caso queiram apresentar propostas diversas (à vista ou em parcelas), os arrematantes deverão apresentar separadas para cada modalidade, nas condições descritas nesse edital.

3.7 - O adimplemento, tanto das propostas com pagamento à vista quanto daquelas com pagamento parcelado, deverá ser feito em dinheiro (*moeda nacional*), mediante depósito na conta bancária vinculada ao processo a que se refere este edital, juntando-se o(s) respectivo(s) comprovante(s) de pagamento aos autos. Caso o vencimento de alguma parcela recaia em final de semana ou feriado, o mesmo ficará automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

3.8- O proponente deverá apresentar a comprovação de sua capacidade financeira para honrar integralmente as condições da proposta, financeiras e não financeiras, ou, então, de garantia idônea e suficientes para satisfazer tais obrigações assumidas;

4 - DA PARTICIPAÇÃO E PROPOSTAS

4.1 - Poderão participar da alienação prevista neste Edital, pessoas jurídicas (tempo mínimo de constituição 2 anos) e físicas, maiores de idade, emancipados, ou seus procuradores, desde que munidos de instrumento público ou particular de mandato.

4.2 - As propostas deverão, sob pena de não serem consideradas válidas, ser apresentadas, por escrito, em idioma nacional, e instruídas com os seguintes documentos:

4.2.1 - Pessoas Físicas: RG, CPF e comprovante de residência com data máxima de 90 (noventa) dias anteriores ao edital. Caso o Comprovante de Residência não esteja em nome do comprador, este deverá apresentar declaração de residência assinada por aquele que configurar como titular, juntamente com o comprovante.

4.2.2 - Pessoas Jurídicas: Contrato Social, CNPJ, RG e CPF do sócio dirigente, proprietário ou assemelhado, com poder bastante.

4.3 – A proposta apresentada deverá conter, sob pena de não ser considerada válida, as seguintes declarações quanto ao objeto do presente edital:

4.3.1 – que o proponente conhece, conferiu e constatou, física e documentalmente, todos os ativos, bens, direitos e respectivos de posse e propriedade; ou, que, não tendo realizado a conferência e constatação, assume integral e exclusivamente os respectivos riscos;

4.3.2 – que o proponente realizou a conferência e constatação, física e documental, dos ativos e bens que compõem o objeto deste edital e que concorda com a respectiva indicação apresentada no laudo de fls. 130/138; ou, que, não tendo realizado a conferência e constatação, assume integral e exclusivamente os respectivos riscos;

4.3.3 – que o signatário da proposta é representante legal ou procurador legalmente



habilitado conforme instrumentos que deverão ser anexados às propostas;

4.3.4 – que a proposta apresentada tem caráter de irrevogabilidade e irretratabilidade em relação ao proponente;

4.3.5 – que o proponente analisou os efeitos jurídicos, a extensão e o alcance do evento de aquisição por venda judicial do bem sobre o qual recai sua proposta; ou, que, não tendo realizado a análise assume, integral e exclusivamente os respectivos riscos;

4.3.6 – que o proponente assume a obrigação de ter procedido as diligências, constatações e conferências que julgar necessárias quanto a aquisição objeto deste edital, nada podendo vir a reclamar no futuro quanto ao objeto da proposta, seja a que título for.

4.3.7 – o proponente assume a responsabilidade pela obtenção de licenças e quaisquer autorizações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades relacionadas aos bens objeto deste edital.

4.4 – As propostas sem exceção, deverão, conter:

4.4.1 – o preço oferecido, o valor presente, as condições de pagamento e outras de quaisquer natureza;

4.4.2 – vir acompanhadas da comprovação da capacidade financeira do proponente para honrar integralmente as condições da proposta, financeiras e não financeiras, ou, então, de garantia idônea e suficientes para satisfazer tais obrigações;

5 - DO INADIMPLEMENTO

5.1 - Em caso de proposta fechada parcelada, o arrematante fica ciente que o inadimplemento de qualquer parcela objeto da proposta vencedora implicará na resolução da arrematação, com a imediata restituição do bem objeto deste edital ou; no vencimento antecipado das demais parcelas, podendo a Administradora Judicial valer-se da garantia apresentada para a satisfação do crédito.

5.2 - Em qualquer das hipóteses previstas no item 5.1 supra, o arrematante fica ciente de eventuais despesas, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

5.3 - Caso a Administradora Judicial opte pela resolução da arrematação, com a consequente retomada do bem para nova alienação, fica o arrematante obrigado a pagar a diferença porventura verificada entre o valor por ele ofertado e aquele apurado na nova arrematação, cabendo à Administradora Judicial a respectiva cobrança/execução, podendo inclusive valer-se da garantia apresentada para a satisfação do crédito.

5.4 - Na hipótese de resolução da aquisição, eventuais benfeitorias de quaisquer espécies introduzidas pelo proponente, ou acessões realizadas no imóvel, se consideram incorporadas à empresa e não autorizam direito de retenção e/ou indenização, bem como, não impedirão a imediata reintegração de posse.

6 - CONDIÇÕES GERAIS:

6.1 - As medidas e confrontações do bem imóvel constantes no presente edital deverão ser consideradas meramente enunciativas, já que extraídas dos registros imobiliários e laudo de avaliação anexados aos autos do processo de Alienação Judicial de Bens (fls. 130/138). Para todos os efeitos, considera-se a presente venda como sendo “*ad corpus*”, não cabendo qualquer reclamação posterior em relação a medidas, confrontações e demais peculiaridades das áreas/imóveis, móveis, cabendo aos interessados vistoriarem os bens/áreas antes de ofertarem suas propostas, inclusive no que se refere às edificações existentes nos imóveis.

6.2 - Caberá aos interessados verificar, junto ao Município e demais órgãos competentes, eventuais restrições quanto ao uso dos imóveis.

6.3 - Em caso de desistência da arrematação, ao arrematante serão impostas as penalidades previstas na legislação e/ou no presente edital, sendo, da mesma forma, considerada desistência, o descumprimento de qualquer condição ou prazo previsto no presente edital.

6.4 - O vencedor do pregão só terá a posse do bem arrematado no prazo de 45



(quarenta e cinco) dias após a data da realização do pregão.

6.5 - Os bens objeto da alienação serão entregues livres de qualquer ônus e não haverá sucessão do arrematante nas obrigações do devedor, inclusive as de natureza tributária, as derivadas da legislação do trabalho e as decorrentes de acidente de trabalho, nos termos do inciso II do art. 141 da Lei 11.101/2005, exceto se o arrematante for: I – sócio da sociedade falida, ou sociedade controlada pelo falido; II – parente, em linha reta ou colateral até o 4º (quarto) grau, consanguíneo ou afim, do falido ou de sócio da sociedade falida; ou III – identificado como agente do falido com o objetivo de fraudar a sucessão. (art. 141, § 1º, I, II e III da Lei 11.101/2005.)

6.6- Caberá ao arrematante tomar todas as providências e arcar com todos os custos para a regularização e transferência do bem arrematado, bem como arcar com eventuais custas para a expedição da respectiva Carta de Arrematação ou quaisquer outros valores oriundos da arrematação.

6.7 - Fica estabelecido o direito do Administrador Judicial, ou pessoa por ele indicada, enquanto não houver a quitação do preço da eventual proposta fechada parcelada, realizar vistoria nos locais e instalações que compõe o objeto da presente alienação, mediante agendamento com antecedência de 2 dias úteis.

Ficam intimadas as partes e, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e para que ninguém possa alegar ignorância, mandou a MM Juiz de Direito que se expedisse o presente edital que deverá ser publicado e afixado na forma da Lei. Eu, Maria Aparecida Alves Machado Dias, Analista Judiciário, o formatei. Eu, Magda Guilhen Zanella, Chefe de Cartório o conferi e subscrevo. Campo Grande, MS, 23 de abril de 2020.

José Henrique Neiva de Carvalho e Silva
Juiz(a) de Direito
(assinado com certificação digital)